



GT 18. As encruzilhadas entre fazer sofrer ou devolver a dor nas teias governamentais do sofrimento

Coordenador(es):

Larissa Nadai (USP - Universidade de São Paulo)

Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Sobre fazer sofrer: o sofrimento como técnica e modo de governo

Debatedor/a: Everton de Oliveira (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 2 - Sofrimento como gramática: enredamentos entre política e práticas de existência

Debatedor/a: Adriana dos Santos Fernandes (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Dando continuidade aos debates iniciados na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Brasília, este Grupo de Trabalho aborda a relação entre as diversas malhas governamentais e seus efeitos na condução da vida cotidiana. Especificamente, interessa-nos os efeitos que geralmente são traduzidos como sofrimento, tanto pelos sujeitos que experienciam essa condição afetiva quanto pelos discursos que compõem o aparato governamental e seus modelos de gestão de corpos, populações e territórios. Ou seja, situações de pesquisa cujo nexos está exatamente em situar o sofrimento tanto nas tramas que conformam o aparato governamental em seus mais variados setores, órgãos e instituições, quanto no modo pelos quais os sujeitos se movem por tais emaranhados estatais. Nesse sentido, por um lado, procuramos reunir neste GT, investigações atentas etnograficamente aos modos pelos quais as instâncias estatais induzem (ou refreiam) o sofrimento (físico, moral ou subjetivo) das populações que visam governar, num entrecruzamento cujo móvel está nas práticas de controle, cuidado, intervenção, perscrutação e/ou extermínio de corpos, relações e territórios. Por outro lado, a fim de escrutinar os limites éticos de pesquisa em tais condições - assim como os desafios de uma escrita antropológica da dor que não reincida ela mesma na classificação maciça do sofrimento -, daremos prioridade às reflexões metodológicas e políticas nas quais a antropologia e as ciências sociais sejam o próprio foco de atenção.

Impasses biopolíticos de uma ??política da vida??. Uma etnografia no Programa Médico de Família de Niterói.

Autoria: Román Eduardo Goldenzweig (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Neste work pretendo problematizar, a partir de uma abordagem etnográfica, os impasses biopolíticos de uma política de saúde que se pretende uma ?política da vida?, em consonância com as diretrizes da Constituição de 1988 e da lei orgânica da saúde, assim como com as diretrizes da denominada ?reforma sanitária?. A distinção entre biopolítica e política da vida foi elaborada por Didier Fassin, em convergência com a noção adaptada de George Canguilhem de ?fazer andar a vida? (les allures de la vie). Sustento que as ações de cuidado incorporadas nos protocolos formalizados da biomedicina, enquanto dimensão impessoal e racional legal, se vêm confrontadas pela demanda dos usuários como uma demanda ética que se transforma numa exigência ética (Cf. Emmanuel Levinas e Judith Butler) para os profissionais de saúde. Se essa demanda se constitui inicialmente como uma demanda por atendimento em saúde, nos marcos de protocolos biomédicos, a mesma é transbordada e ultrapassada na dinâmica da relação paciente-médico (e usuários-equipe de saúde), ao colocar a própria vida (dos usuários e dos profissionais de saúde) no centro e em questão. Deste modo, o encontro clínico se configura num contexto dinâmico e conflitivo, colocando-se um desafio de abertura à contingência, em que os profissionais de saúde são interpelados para além de sua capacidade de



reduzir a relação interpessoal aos marcos estritamente burocráticos dos protocolos biomédicos. Assim, deixar-se ser afetado se configura como um eixo estratégico para ir além de uma relação normalizadora de cuidado. A observação etnográfica tenta registrar essa dinâmica ambivalente, com avanços e recuos, ora com ênfases na impessoalização objetivante e burocrática, ora no desenvolvimento de um vínculo interpessoal, entre os polos da ?normalização? e da ?capacidade normativa?, isto é, segundo, Canguilhem, a capacidade de viver de acordo com suas próprias normas, num âmbito de frágil construção dos cuidados de si (tanto dos usuários quanto dos profissionais de saúde). Nesse contexto de observação elaboro uma reflexão preliminar sobre o ?dispositivo antropológico?, isto é, os modos discursivos, gestuais e corporais em que a presença do antropólogo na cena do encontro clínico participa performativamente na sua construção, como uma espécie de ?auxiliar hermenêutico? em que fazer sofrer, deixar sofrer, fazer viver, deixar de fazer viver, deixar andar a vida, fazer andar a vida se constituem como instâncias cruciais de significado e intervenção.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: